



O USO DOS EQUIPAMENTOS NÃO-ESPECÍFICOS DE LAZER NA CIDADE MÉDIA DE SOBRAL-CE

Daniel Chaves Ferreira ¹
Luiz Antônio Araújo Gonçalves ²

RESUMO

Este trabalho analisa como os equipamentos não específicos de lazer das escolas públicas da cidade média de Sobral-CE são apropriados pela comunidade por meio de projetos esportivos, manifestações artísticas e outras atividades de lazer. De modo específico buscou: (i) analisar os usos comunitários; (ii) identificar quais escolas têm uso, a ocorrência que registram e quais atividades predominam; e (iii) verificar eficiência de uso e continuidade/descontinuidade dos projetos. Teoricamente, dialoga com Dumazedier e Marcellino (lazer como cultura vivenciada no tempo disponível e com duplo papel educativo) e com Lefebvre e Gomes (espaço público como produto/condicionante das relações sociais e forma-conteúdo). Metodologicamente, adota abordagem quali-quantitativa, com pesquisa documental (Edital 003/2024, mídias e documentos oficiais), levantamento bibliográfico e de dados secundário e análise de conteúdo de Bardin; os dados quantitativos foram tabulados e apresentados em gráficos. Os resultados mostram que das 22 escolas, 81,8% registram atividades e 18,2% não; há forte heterogeneidade entre unidades (de 1 a 20 atividades semanais), com maior uso pelo futsal (85 ocorrências), maior frequência de praticantes em fins de semana e noite, e concentração em bairros periféricos (p.ex., Terrenos Novos: 20,2%). Em algumas escolas sem atividade, a proximidade de praças/areninhas ajuda a explicar a baixa demanda interna. O estudo reforça a necessidade de políticas públicas que consolidem e democratizem o uso social dos equipamentos escolares.

Palavras-chave: Equipamentos não-específicos, Escola, Lazer, Política pública.

ABSTRACT

This study examines how the non-specialized leisure equipment located in public schools in the medium-sized city of Sobral, Ceará (Brazil) are appropriated by the community through sports projects, artistic activities, and other leisure practices. It aims to: (i) analyze community uses; (ii) identify which schools are used, how many occurrences are recorded, and which activities predominate; and (iii) assess efficiency of use and the continuity/discontinuity of projects. Theoretically, it engages with Dumazedier and Marcellino (leisure as culture experienced in available time, with a dual educational role) and with Lefebvre and Gomes (public space as both product/conditioner of social relations and as form-content). Methodologically, it adopts a mixed qualitative-quantitative approach, combining documentary research (Public Call/Edital 003/2024, media, and official documents), a literature review, and Bardin's Content Analysis; quantitative data were tabulated and displayed in graphs. The results show that of the 22 schools, 81.8% register activities and 18.2% do not; there is marked heterogeneity across units (from 1 to 20 weekly activities), with greater use in futsal (85 occurrences), higher frequency of practitioners on weekends and in the evening, and concentration in peripheral neighborhoods (e.g., Terrenos Novos: 20.2%). In some inactive schools, proximity to plazas/areninhas (small community sports arenas) helps explain lower internal demand. The study underscores the need for public policies that consolidate and democratize the social use of school spaces.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGE) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, Ceará, Brasil. E-mail: danielchaves724@gmail.com;

² Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor dos cursos de Graduação em Geografia (Licenc. / Bach.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (PROPGE/UVA), Sobral, Ceará, Brasil. E-mail: luiz_goncalves@uvanet.br



Keywords: Non-specific equipment, School, Leisure, Public policy.

INTRODUÇÃO

Etimologicamente, o lazer refere-se ao tempo livre do trabalho, destinado a ocupações realizadas por livre vontade, seja para repouso, diversão, recreação, contemplação ou entretenimento. Trata-se de uma participação social voluntária ou do exercício da capacidade criadora, possível após o indivíduo se liberar das obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1976).

Para tratar do lazer, adotamos as interpretações de Dumazedier (1979), Requixa (1980) e Marcellino (2002) que situam o surgimento do lazer na era moderna, com o advento da sociedade urbana. Nessa perspectiva, o conceito de lazer está fundamentalmente relacionado ao tempo livre para a realização de atividades fora do período de alienação pelo trabalho.

À medida que as cidades se tornaram meio e instrumento de trabalho como destaca Santos (1982), o tempo destinado ao não trabalho ganhou ainda mais importância, consolidando o lazer como uma necessidade social. O lazer tornou-se essencial ao se considerar sua relação com a convivência e a qualidade de vida.

No Brasil, o lazer é reconhecido como um direito fundamental pela Constituição Federal, conforme estabelecido no Artigo 6º, que trata dos direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho e ao lazer (Brasil, 1988). Dessa forma, cabe ao poder público o dever de garantir aos cidadãos as condições necessárias para o exercício desse direito.

Marcellino (2002) aponta que os cidadãos não usufruem do lazer de forma igualitária, tendo, muitas vezes, restrições de acesso. Além disso, a falta de espaços públicos adequados agrava essa limitação, uma vez que muitas cidades não dispõem de uma quantidade suficiente de áreas de lazer para atender à população.

Há uma demanda crescente por novos espaços de lazer na cidade. Requixa (1980) salienta que o aumento da população urbana não foi acompanhado pelo desenvolvimento de infraestrutura adequada de lazer, gerando desníveis na ocupação do espaço urbano. Por vezes, a solução não está apenas na construção de novos equipamentos, mas no aproveitamento adequado das estruturas já existentes. Nesse sentido, destacamos a iniciativa de aproveitar equipamentos originalmente não destinados ao lazer, adaptando-os e ampliando suas finalidades de uso.

Requixa (1980) explica que os equipamentos não-específicos de lazer são aqueles que, originalmente, não foram construídos para atividades de lazer, mas que, posteriormente,



tiveram seu uso adaptado parcial ou totalmente para esse fim. O autor defende que os espaços urbanos devem ser aproveitados de forma polivalente. Entre os equipamentos não-específicos, citam-se o lar, a rua, o bar, teatros, cinemas, bibliotecas, as escolas, dentre outros.

Compreende-se que as escolas possuem espaços como quadras, salas, auditórios e espaços de convivência, destinados prioritariamente a atividades pedagógicas e escolares. Contudo, esses espaços também podem ser utilizados para atividades de lazer, esportivas e artísticas pela comunidade, nos períodos em que as escolas não estão em funcionamento.

Nesta pesquisa, focamos nos equipamentos não-específicos de lazer, das 22 escolas públicas localizadas na sede do município de Sobral-CE. A análise se baseou em uma política pública promovida pela Prefeitura Municipal de Sobral-CE, por meio da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer (SECJEL), da Secretaria Municipal da Educação (SME) e da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social (SEDHAS). A iniciativa é regulamentada pelo Edital de Ocupação das Quadras nº 03/2024 – SECJEL, que visa organizar o uso das quadras esportivas das escolas municipais e dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) para apresentações, atividades esportivas, manifestações artísticas, artes cênicas, artes visuais, música e outras atividades de lazer e interesse da comunidade. Entretanto, nosso recorte de análise primou pelo uso do espaço escolar para a referidas atividades.

Algumas questões nortearam nossa análise, são elas: Quais projetos e/ou atividades esportivas/artísticas/culturais utilizam esses equipamentos não-específicos de lazer das escolas de Sobral-CE? Qual perfil de usuário utiliza esses equipamentos nas escolas? Qual é a eficiência do uso desses equipamentos? Quais projetos/atividade são continuados ou descontinuados? Quantas e quais escolas têm seus espaços utilizados pela população? Quais são os períodos, dias e horários de ocupação dos espaços? Essas questões direcionaram o estudo.

A pesquisa teve o objetivo geral de analisar como os equipamentos não-específicos de lazer das escolas da sede de Sobral-CE são apropriados pela comunidade por meio de projetos esportivos, manifestações artísticas, culturais que caracterizem atividades de lazer. Os objetivos específicos foram: Analisar os usos dos equipamentos não-específicos de lazer pela comunidade; identificar quais escolas têm uso comunitário, a ocorrência e o tipo de atividades predominam e suas proporções por escola; verificar se os equipamentos das escolas de Sobral-CE são utilizados de forma eficiente e se os projetos apresentam continuidade ou descontinuidade.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa se baseou no levantamento, produção e sistematização de dados a partir da análise de fontes secundárias, por meio de pesquisa documental. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática e de documentos oficiais públicos (Edital nº 003/2024) divulgado pela Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer (SECJEL), Secretaria Municipal da Educação (SME) e Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social (SEDHAS), que organizam a ocupação das quadras esportivas de 22 escolas municipais e dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Sobral-CE. Além dos resultados do edital, foram analisadas notícias veiculadas na mídia televisiva, postagens em plataformas digitais da Prefeitura e visitas realizadas na escola.

A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa. No aspecto quantitativo, buscou-se levantar os dados referentes ao número de escolas que disponibilizam seus equipamentos para uso da comunidade, a quantidade de projetos desenvolvidos, a frequência de ocupação dos espaços (dias, horários e modalidades praticadas) e as condições estruturais dos equipamentos. A análise quantitativa permitiu mensurar a abrangência da política pública e a eficiência na utilização desses espaços, ou seja, do número de projetos/manifestações ativas e público atingido. Na dimensão qualitativa aparece na interpretação dos significados e nas análises das práticas sociais associadas a esses usos, buscando compreender como a comunidade tem se apropriado dos espaços escolares, permitindo entender às motivações, percepções e dinâmicas sociais que os números não conseguem revelar.

Os dados coletados foram organizados e analisados com base na Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que compreende as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Os dados quantitativos foram tabulados e serão apresentados por meio de gráficos. Dessa forma, a pesquisa busca uma análise contextualizada, identificando sentidos e relações relevantes entre as variáveis investigadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A importância que o lazer vem adquirindo nas últimas décadas, como problema social, objeto de reivindicação e componente da qualidade de vida urbana, não tem sido acompanhada por políticas públicas efetivas e articuladas a outras áreas, tampouco conectadas às iniciativas espontâneas da população ou a parcerias com a iniciativa privada.

Em muitos casos, a má alocação de recursos e a falta de parâmetros que orientem a ação pública levam à coexistência de preconceitos e desigualdades no uso dos espaços de



lazer/esporte ainda presentes em certos setores e, embora tenham discursos pretensamente transformadores, acabam por mascarar a ineficiência e a descontinuidade de muitas ações voltadas ao lazer/esporte.

Periodicamente surgem campanhas nacionais, algumas inspiradas em movimentos internacionais, como Mexa-se, Esporte para Todos e o Programa de Centros Sociais Urbanos que, embora bem-intencionadas, apresentam eficácia limitada e efeitos, por vezes, contrários aos princípios de origem. Apesar dessas limitações, tais iniciativas revelam a centralidade crescente do lazer para as sociedades urbanas contemporâneas, especialmente como expressão do direito à cidade e da busca por espaços de convivência, criação e pertencimento.

De acordo com Marcellino (2002), o lazer deve ser entendido como uma forma de cultura vivenciada no tempo disponível em relação às obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais. Trata-se de um fenômeno historicamente constituído, sobre o qual incidem e do qual emergem valores que interpelam a sociedade e suas estruturas. É também um tempo privilegiado para a vivência de valores que favorecem transformações morais e culturais, desempenhando um duplo papel educativo, pois atua simultaneamente como veículo (meio) e objeto (conteúdo) da educação.

Para o autor, o lazer corresponde à cultura, em sentido amplo, vivenciada no tempo disponível, caracterizada pelo caráter desinteressado dessa experiência: não se busca, ao menos de forma imediata, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de escolha por uma atividade prática ou contemplativa (Marcellino, 2002).

Tal perspectiva reforça que o lazer não deve ser analisado isoladamente, mas como parte de um contexto social mais amplo, atravessado por desigualdades materiais e simbólicas. Assim, pensar o lazer em sua especificidade concreta, como defende Marcellino (2002), significa compreendê-lo como reivindicação social e expressão de cidadania, vinculada à participação cultural crítica e criativa dos sujeitos históricos.

Desse modo, o uso das escolas pela população evidencia-se como espaço legítimo das práticas de lazer. Embora a escola atende originalmente à educação formal, se constitui no período atual como forma de resistência e ressignificação do espaço escolar, possibilitando novas práticas de sociabilidade, participação e cidadania. O lúdico, o esporte, as manifestações artísticas e a convivência extrapolam o mero entretenimento e se afirmam como expressões concretas de um direito social que contribuem para a construção de uma cultura democrática e inclusiva, fazendo com que o lazer se territorialize na cidade.



Sendo a cidade compreendida aqui como produto e condicionante da reprodução da sociedade, ela reflete e, ao mesmo tempo, influencia a reprodução da vida e das relações sociais que se manifestam na prática socioespacial, ou seja, no espaço construído, vivido e continuamente transformado pelas ações cotidianas, pelos usos e pelas formas de apropriação. O espaço, portanto, é simultaneamente resultado e agente desse processo, pois as práticas diárias o modificam, ao passo que ele próprio condiciona e orienta a cotidianidade (Lefebvre, 1991).

Nesse contexto, a escola deve ser entendida tanto como produto social quanto como possibilitador das relações entre os sujeitos (Lefebvre, 2008). É a sociedade, por meio do uso e da convivência, que atribui o caráter público a esse espaço, e é justamente esse caráter que viabiliza a reprodução da vida social. Em outras palavras, a escola enquanto espaço é constituída pelo ato de ser vivido coletivamente, pela presença e pela interação dos indivíduos em torno de práticas sociais diversas.

Como explica Gomes (2002), o espaço público deve ser compreendido como forma-conteúdo, ou seja, simultaneamente um lugar físico e um lugar de comportamentos. Para o autor, “[...] o lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes, por sua vez, reafirmam o estatuto público desse espaço” (Gomes, 2002, p. 164). Assim, os usos cotidianos e as práticas sociais conferem significado e vitalidade ao espaço, tornando-o um território de sociabilidade, expressão e pertencimento.

Para compreender o espaço público, é fundamental reconhecer sua característica de possibilitar encontros impessoais, nos quais os sujeitos compartilham o mesmo território sem a necessidade de estabelecer vínculos profundos. Esses momentos de co-presença, ainda que breves, são essenciais para a vida urbana, pois viabilizam a convivência, o reconhecimento da alteridade e a construção simbólica do espaço comum. Assim, os equipamentos escolares deixam de ser apenas estruturas educacionais e passam a integrar a trama viva da cidade, como territórios de lazer, convivência e cidadania.

Nesse sentido, Rolnik (2000) observa que esse espaço público vem perdendo essa vocação multifuncional, deixando de ser lugar de encontro, celebração e espetáculo. Daí decorre a urgência de políticas públicas capazes de restituir essa multifuncionalidade, reconectando usos e funções como condição para uma apropriação democrática da cidade. Como lembra Santos (1982), ainda que a proximidade física aumente nas grandes aglomerações, o distanciamento social tende a se aprofundar, isolando indivíduos que vivem lado a lado.



“A rua, outrora lócus da sociabilidade, está desaparecendo; diluem-se relações familiares, de vizinhança e compadrio, e o “mundo vivido” se encolhe” (Rodrigues, 2002, p.149). Sem opções nos espaços públicos, a população transfere o lazer para dentro de casa, fazendo do lar o equipamento-não específico de lazer o principal equipamento de lazer. Agravando ainda mais o isolamento social numa sociedade já fragmentada pelas bolhas virtuais das redes.

Outra problemática que merece destaque é a crescente privatização dos espaços de convivência, beneficiando principalmente as classes mais abastadas. Nesse processo, bairros são substituídos por condomínios fechados, áreas públicas de lazer dão lugar a clubes e centros de entretenimento, e as ruas tradicionais são trocadas por shopping centers (Bonalume, 2002). Nesse cenário, “o lazer na cidade torna-se igualmente lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo” (Santos, 2007, p. 64). Apenas quem dispõe de recursos financeiros usufrui plenamente dos benefícios das cidades capitalistas.

Nessa lógica capitalista orientada pelo lucro, o lazer como quase tudo converte-se em mercadoria, parte da cidade deixa de ser espaço público e passa ao controle privado, inclusive seus equipamentos de lazer. Como alerta Sassen (2000, p. 120), “a própria cidade é um produto a ser vendido para o desenvolvimento de atividades lucrativas”. É importante assegurar que o lazer permaneça acessível e coletivo, evitando que se transforme em privilégio de poucos.

Marcellino (2002) destaca que a democratização do lazer implica, antes de tudo, a democratização do espaço, uma vez que o tempo livre só se transforma em lazer quando encontra locais acessíveis para se realizar. Entretanto, como ressaltam Santos e Ortigoza (2017), a falta de espaços públicos adequados prejudica essa vivência, dificultando a relação entre lazer, convivência social e qualidade de vida.

Cunha (2003) destaca que os espaços públicos na cidade são essenciais para o bem-estar das pessoas. Na vida acelerada da cidade contemporânea, há pouco tempo disponível para atividades de lazer e descanso. Quando esses espaços estão próximos às residências, eles facilitam o acesso e incentivam a ocupação e apropriação pela população do entorno.

Padilha (2003) afirma que o lazer exerce papel fundamental na sociedade contemporânea baseada no trabalho. Por isso, é essencial que existam espaços e equipamentos adequados e acessíveis. Nesse sentido, torna-se imprescindível a existência de políticas públicas que garantam o acesso da população aos equipamentos de lazer. As políticas de ocupação do solo devem democratizar oportunidades, recuperar a funcionalidade e qualidade

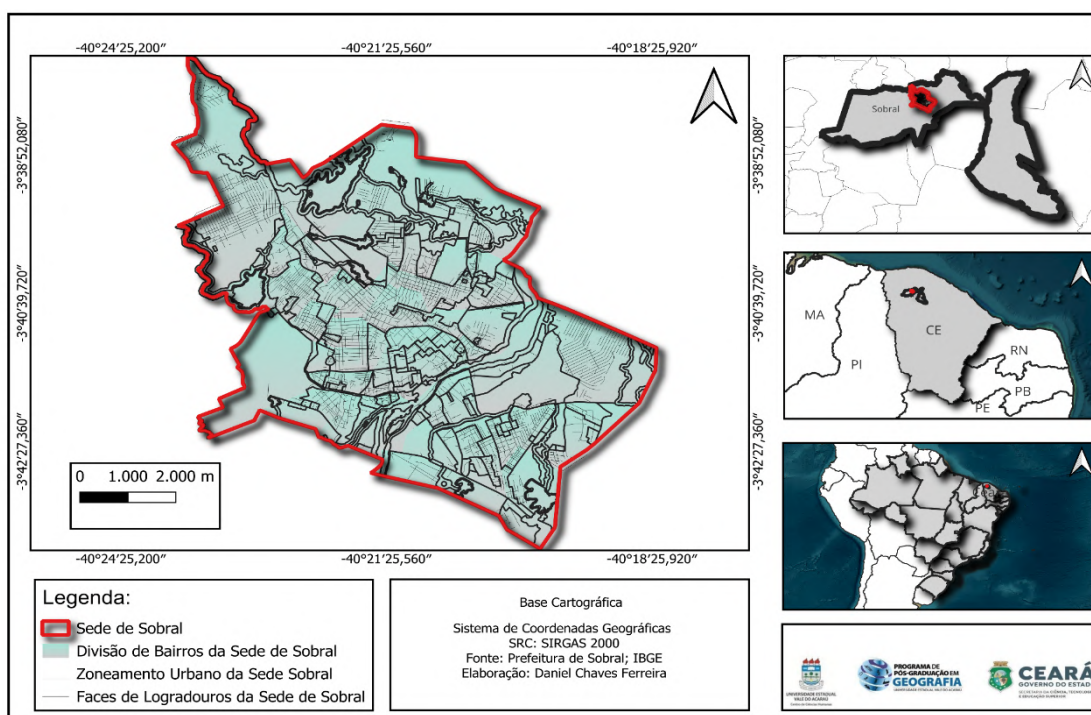
dos espaços públicos e aprimorar a circulação de pessoas, incentivando o convívio social, a integração comunitária e o encontro (Bonalume, 2002).

Alves (2003) afirmar que o caráter de uma cidade é definido, em grande parte, pela relação que ela estabelece com seus espaços públicos. Marcellino; Barbosa e Mariano (2006) nos ajudam a pensar trazendo que a qualidade de vida, seja pessoal, institucional ou social, depende diretamente da nossa capacidade de nos relacionarmos de forma respeitosa e responsável com o outro (o diferente), com o entorno e com o planeta, garantindo o legítimo direito de acesso aos bens naturais e culturais disponíveis às comunidades humanas ao longo da história. Nesse sentido, Carrano (2003) destaca que, ao serem transformados em locais de convivência cidadã, os espaços públicos tornam-se ambientes educativos e culturalmente enriquecedores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Sobral localiza-se na região Noroeste do estado do Ceará (FIGURA 1) e possui população de 203.023 habitantes, segundo o IBGE (2022). É considerada uma cidade média, na medida em que desempenha papéis intermediários/regionais na rede urbana e apresenta porte demográfico compatível com essa classificação, conforme conceitua Sposito (2007). Nesse contexto, Sobral se destaca como importante polo regional, exercendo forte influência sobre os municípios do entorno nas áreas de educação, saúde, comércio, serviços e infraestrutura urbana. Sua posição estratégica e o dinamismo econômico consolidam o município como cidade-polo do norte cearense.

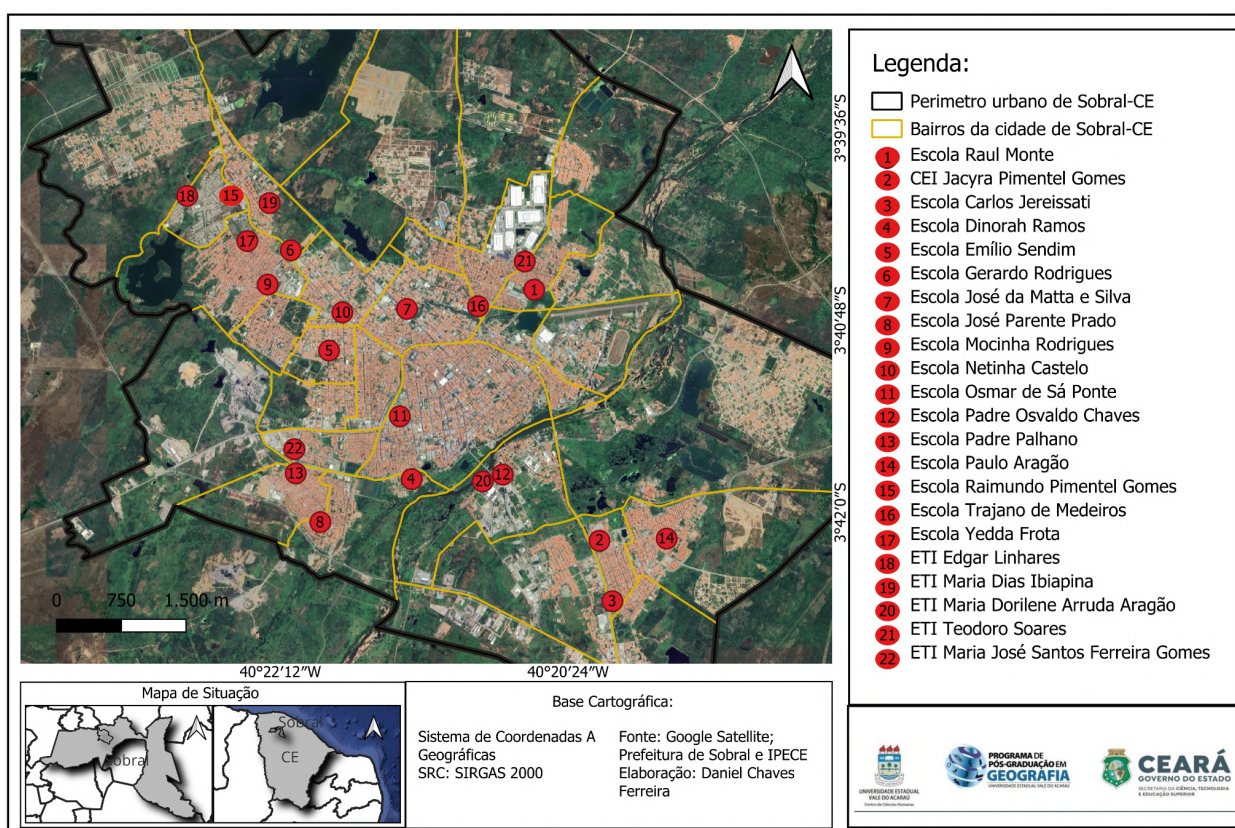
Figura 1: Localização da Sede de Sobral-CE



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o Edital nº 003/2024, lançado pela Prefeitura Municipal de Sobral, o processo de ocupação das quadras esportivas envolve 22 escolas localizadas exclusivamente na sede do município (FIGURA II). Todas essas unidades de ensino estão distribuídas por diferentes bairros da cidade, abrangendo tanto áreas centrais quanto regiões periféricas e de expansão urbana.

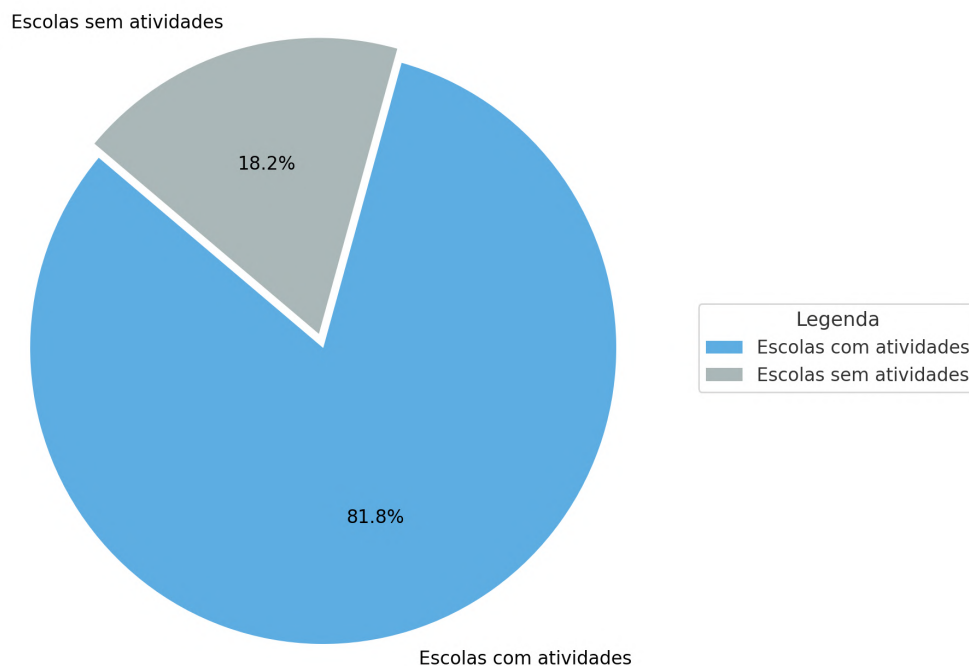
Figura II: Localização das Escolas Registradas no Edital de ocupação das Quadras na Sede de Sobral-Ce



Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da análise constatou-se que 81,8% das escolas localizadas na sede do município e inscritas no edital apresentam algum tipo de atividade em andamento, o que corresponde a 18 escolas. Em contrapartida, 4 escolas, representando aproximadamente 18,2%, não registraram nenhuma ocupação voltada para atividades de lazer (FIGURA III), apesar de participarem do edital, conforme demonstrado na figura abaixo.

Figura III: Distribuição das escolas com e sem atividade de lazer



Fonte: Elaborado pelo autor

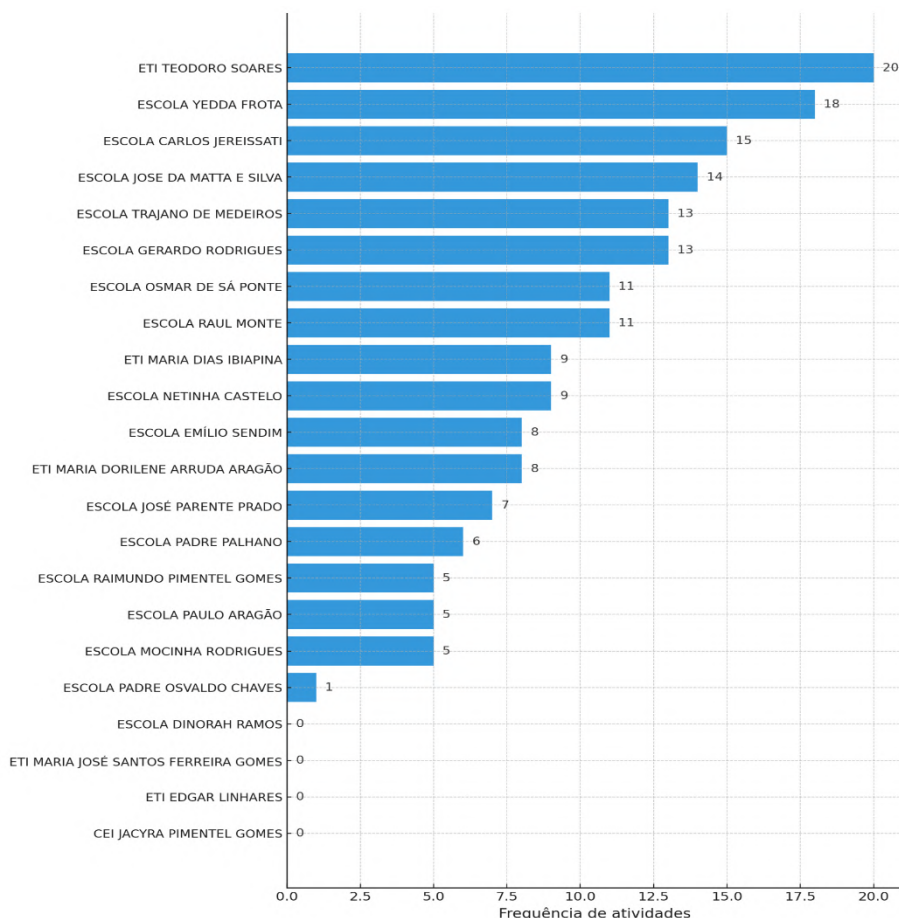
A análise evidencia que a maioria expressiva das escolas possui atividades em andamento, demonstrando uma dinâmica significativa de reaproveitamento dos espaços escolares no tempo ocioso como equipamentos comunitários multifuncionais.

Por outro lado, chama atenção o fato de que 18,2% das escolas, equivalente a quatro unidades escolares, permanecem sem qualquer registro de atividade voltada ao lazer, apesar de participarem do edital.

Entre as escolas com atividades registradas, que totalizam 18 unidades (81,8%), observou-se que não há uma utilização homogênea dos espaços escolares, revelando uma significativa variação no número de atividades de lazer desenvolvidas em cada uma delas. Por exemplo, enquanto escolas como a ETI Teodoro Soares chegam a registrar 20 atividades de lazer semanais, outras, como a Escola Padre Osvaldo Chaves, possuem apenas uma atividade semanal (FIGURA IV), mostrando uma discrepância no número de atividades semanais por escolas conforme ilustrado claramente na figura abaixo.



Figura IV: Atividade por Escolas



+++++Fonte: Elaborado pelo autor

Outras escolas também se destacam pelo elevado número de atividades de lazer semanais, como a Escola Yedda Frota, com 18 atividades, e a Escola Carlos Jereissati, com 15. Esses números reforçam não apenas a relevância dessa política pública de ocupação das quadras, mas também destacam como políticas públicas bem estruturadas e implementadas têm o potencial de gerar impactos significativos na vida da população local, que passa a usufruir plenamente desses espaços públicos. Essas escolas demonstram uma constância de uso que indicam um alto grau de apropriação dos espaços escolares como infra estruturas multifuncionais.

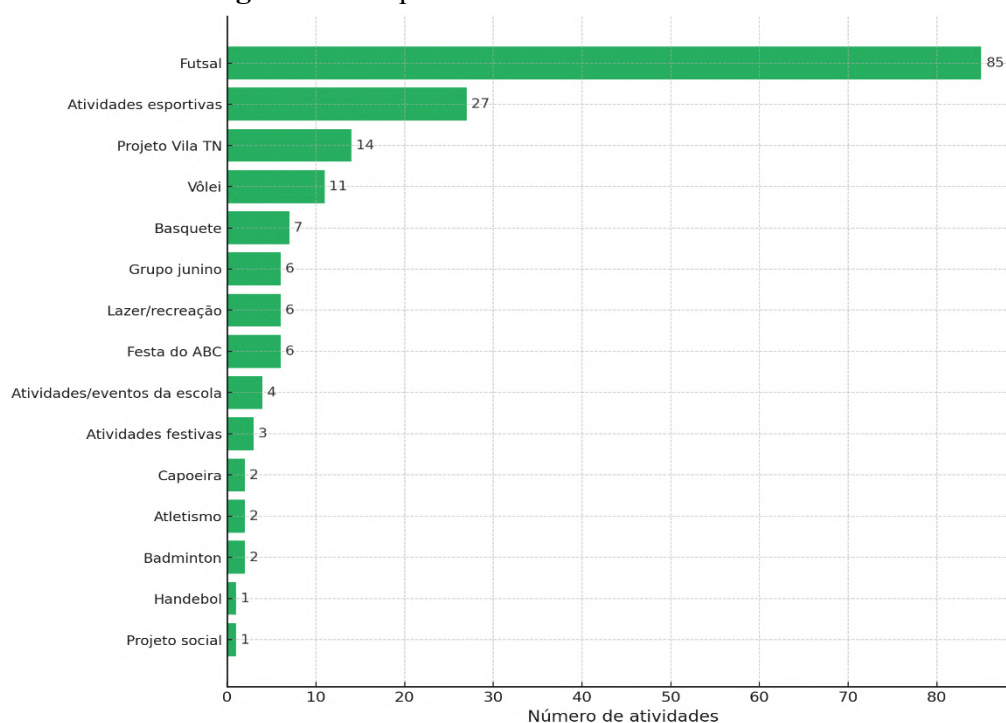
Por outro lado, chama atenção na análise o número de escolas com baixa quantidade de atividades registradas: quatro delas contabilizam entre 1 e 5 atividades semanais. Esse dado revela uma certa fragilidade na implementação da política pública de ocupação das quadras, indicando que, embora a iniciativa seja relevante, ainda enfrenta desafios quanto à sua efetividade e abrangência.

Contudo, a análise da realidade revela um dado relevante: a maioria das escolas sem registro de atividades localiza-se próxima a espaços públicos dotados de equipamentos como quadras esportivas, brinquedotecas e áreas de convivência. É o caso da Escola Jacyra Pimentel Gomes, situada nas imediações do Parque Evangelina Sabóia, e da ETI Edgar Linhares, próxima à Areninha Nova Caiçara. Essa proximidade pode ajudar a explicar a baixa ocorrência de atividades internas, uma vez que parte da demanda tende a se deslocar para esses equipamentos públicos específicos para o lazer.

Já nas atividades de ocupação das escolas, o que se observa é uma diversidade significativa de ações, com forte presença de atividades esportivas, que se destacam como a principal forma de utilização desses espaços (FIGURA V). Florentino (2006) afirma que na sociedade, o esporte é amplamente reconhecido como um dos fenômenos mais significativos da humanidade.

Além disso, também são registradas manifestações culturais, como a participação de grupos juninos, o que evidencia o potencial das escolas como ambientes multifuncionais voltados ao lazer, à cultura e à convivência comunitária.

Figura V: Frequências de atividade nas Escolas



Fonte: Elaborado pelo autor

É perceptível que, entre as atividades de lazer realizadas nas escolas, o futsal se destaca com ampla vantagem, registrando 85 ocorrências semanais nas unidades da sede de Sobral.



Essa expressiva frequência consolida o futsal como a principal forma de ocupação dos espaços escolares destinados ao lazer. Por ser uma modalidade esportiva semelhante ao futebol e praticada em quadra, o futsal é extremamente popular no Brasil e conta com ampla adesão da comunidade, especialmente entre crianças e jovens. Sua acessibilidade, baixo custo e forte apelo cultural contribuem para que seja a atividade mais presente nas dinâmicas de lazer da comunidade nas escolas públicas do município.

Em segundo lugar, com 27 registros, estão as atividades classificadas genericamente como “atividades esportivas”. No edital, essa categoria aparece sob diferentes denominações, como práticas esportivas, treinos esportivos e atividades esportivas, sendo aqui agrupadas sob um único termo devido à sua natureza abrangente. Trata-se de uma categoria ampla que engloba diversas práticas físicas organizadas, nem sempre vinculadas a modalidades esportivas específicas, o que reflete a flexibilidade e a variedade das ações desenvolvidas nos espaços escolares.

Outras práticas esportivas que se destacam pela frequência significativa são o vôlei (11) e o basquete (7) e o Projeto Vila TN (14) que é uma iniciativa sociocultural de lazer e esporte localizada na periferia de Sobral, idealizada por jovens dos bairros Vila União e Terrenos Novos, origem da sigla “TN” (Terrenos Novos) e “Vila” (Vila União). O projeto atua com crianças e adolescentes dessas comunidades, promovendo formação cidadã, desenvolvimento esportivo e oportunidades de convivência positiva.

Monteiro (2022, p. 12), ao refletir sobre projetos sociais esportivos, enfatiza que um projeto sério, ao oferecer um ambiente seguro e acolhedor, tem grande potencial para contribuir na trajetória de vida de indivíduos resilientes, promovendo sua inclusão e desenvolvimento social. Um projeto social esportivo de qualidade pode se tornar um importante motivador na realização dos sonhos de seus participantes, sonhos que, muitas vezes, seriam inatingíveis sem algum tipo de apoio ou suporte.

Embora em menor número, também são registradas práticas esportivas como badminton, atletismo, capoeira e handebol, o que demonstra que o esporte, de maneira geral, ocupa uma posição de destaque em nossa sociedade. Florentino (2006) destaca a importância do esporte como um meio eficaz de socialização, promoção da cidadania e desenvolvimento pessoal, reforçando seu papel como ferramenta de inclusão e transformação social.

Além das práticas esportivas, destaca-se a presença de manifestações culturais, como as festas juninas realizadas nas escolas. Durante o mês de junho, os equipamentos escolares são utilizados para ensaios de quadrilhas juninas, uma dança tradicional e fortemente enraizada na cultura do Nordeste. Também são registradas atividades classificadas como festivas, de lazer e

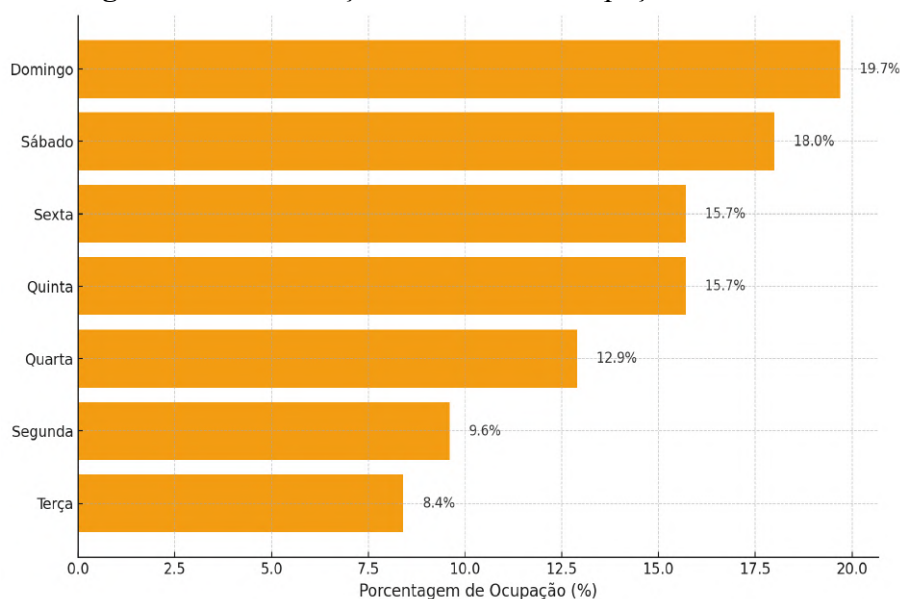


recreação, evidenciando que os espaços escolares servem como locais de encontro comunitário, celebração e convivência entre crianças, adolescentes e suas famílias, especialmente nos fins de semana e no período noturno.

Adicionalmente, algumas escolas que não dispõem de quadras ou espaços adequados utilizam a política de ocupação para solicitar o uso das quadras de outras unidades escolares, viabilizando a realização de eventos como festas do ABC e outras celebrações escolares. Essa prática reforça o papel das escolas como centros de convivência multifuncionais e evidencia o potencial da articulação entre instituições para promover o uso compartilhado e democrático dos equipamentos públicos.

Quando se trata dos dias e horários de maior uso dos equipamentos escolares, é possível observar uma tendência clara na distribuição semanal das atividades de lazer e esportivas (FIGURA VI). O domingo concentra a maior parte das ocupações, destacando-se como o principal dia de uso das quadras escolares. Em contrapartida, a terça e a segunda-feira apresentam os menores índices de atividades registradas, revelando uma menor mobilização nesses dias.

Figura VI: Distribuição Semanal de Ocupação das Escolas



Fonte: Elaborado pelo autor

Os dias com maior percentual de ocupação na semana são Domingo (19,7%) e Sábado (18%), esses dados indicam que a maior parte das atividades ocorre durante o fim de semana e nas noites de quinta e sexta-feira. A escolha por esses dias está associada à maior disponibilidade da comunidade, considerando que boa parte dos usuários, principalmente crianças, adolescentes e trabalhadores, está livre das obrigações escolares e profissionais



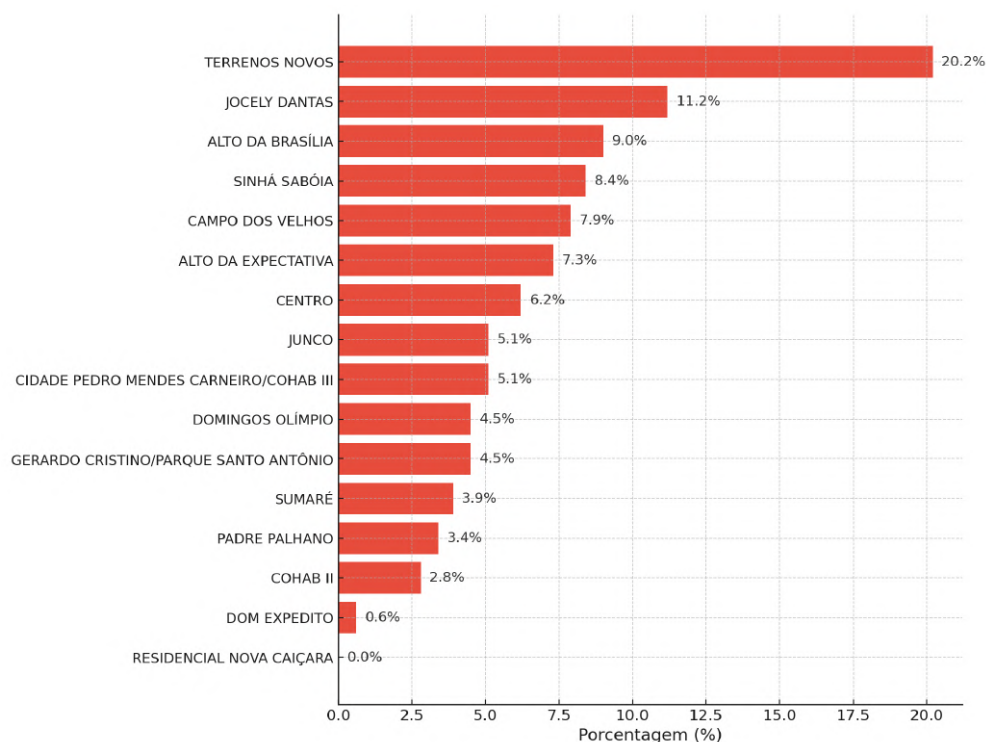
nesses períodos. No domingo, por exemplo, é comum a realização de múltiplas atividades ao longo do dia, como futsal, vôlei, apresentações culturais e projetos sociais, muitas vezes distribuídas em três ou mais turnos (manhã, tarde e noite).

Os dias com menor índice de uso são nas Terça-feira (8,4%) e segunda-feira (9,6%), a baixa ocupação nesses dias pode estar relacionada à sobrecarga da rotina semanal, à prioridade para o funcionamento pedagógico das escolas e à menor mobilização comunitária logo no início da semana.

Quanto aos horários, a análise revela que a grande maioria das atividades ocorre no período noturno, especialmente entre 17h e 21h50, faixa em que as escolas não estão em funcionamento regular. Já nos fins de semana, observa-se uma ocupação significativa também nos turnos da manhã e da tarde, quando jovens e adultos estão liberados de suas obrigações escolares e profissionais. Esses dados indicam que a utilização das quadras escolares está fortemente relacionada à disponibilidade tanto das pessoas como dos equipamentos.

É possível observar que os equipamentos das escolas da sede de Sobral têm sido utilizados de maneira desigual entre os bairros da cidade, revelando contrastes significativos entre bairros centrais e periféricos (FIGURA VII). O bairro Terrenos Novos lidera o ranking, concentrando 20,2% de todas as atividades registradas, seguido por Jocely Dantas (11,2%), Alto da Brasília (9%), Sinhá Sabóia (8,4%) e Campo dos Velhos (7,9%).

Figura VII: Porcentagem de Atividade nas Escolas por Bairro na Sede de Sobral-CE





Fonte: Elaborado pelo autor

Em sua maioria, esses bairros são considerados áreas periféricas ou de expansão urbana, o que revela um dado relevante, são justamente as escolas localizadas em regiões menos centrais que concentram a maior parte das ações de lazer e das manifestações culturais, por meio do uso comunitário dos equipamentos escolares. Por outro lado, bairros mais tradicionais e centrais, como o Centro (6,2%) e Junco (5,1%), apresentam percentuais mais baixos de uso dos equipamentos escolares. Embora seja positivo observar uma maior ocupação das escolas localizadas em áreas periféricas onde, geralmente, a comunidade é mais articulada e menos fragmentada, essa diferença também evidencia uma questão estrutural importante: a escassez de equipamentos públicos de lazer nas periferias.

Nos bairros centrais, há uma maior oferta de praças, centros esportivos, clubes e outros espaços voltados ao lazer, o que pode reduzir a demanda pelo uso das quadras escolares. Além disso, a população desses bairros, em geral com maior poder aquisitivo, tende a acessar também opções de lazer privadas, o que não é uma realidade comum nas áreas periféricas. Assim, o maior uso das escolas nos territórios mais afastados do centro no primeiro momento pode ser vista de forma positiva, mas também expõe a desigualdade no acesso ao lazer na cidade, reforçando a necessidade de investimentos em infraestrutura pública nas zonas de maior vulnerabilidade social.

Outro dado relevante é que bairros como Padre Palhano (3,4%), Cohab II (2,8%), Dom Expedito (0,6%) e Residencial Nova Caiçara (0%), todos com forte presença de habitação social ou caracterizados por processos recentes de urbanização, apresentam baixíssima ou nenhuma atividade registrada nos equipamentos escolares.

Esse cenário evidencia uma fragilidade nas políticas públicas de lazer voltadas para esses novos territórios, que muitas vezes enfrentam déficits históricos de infraestrutura e serviços. Democratizar o acesso ao lazer de forma equitativa em toda a malha urbana é essencial para fortalecer o direito à cidade, promovendo bem-estar, integração social e valorização dos territórios mais vulneráveis.

Existem alguns receios frequentemente associados ao acesso da comunidade aos equipamentos das escolas, como depredação e pichação, não se confirmam quando há uma política pública bem executada e articulada com a população local. Ao contrário do senso comum, quanto mais a comunidade utiliza esses espaços, mais desenvolve vínculos de pertencimento e cuidado. O uso frequente gera identificação positiva com o ambiente, promovendo o respeito e a conservação dos equipamentos escolares.



Guimarães (1990) analisa a depredação escolar a partir do próprio ambiente educativo e conclui que a violência interna está relacionada a mecanismos de vigilância e punição, enquanto a violência externa decorre da exclusão gerada pelo próprio sistema escolar. Alves (2003) afirma que o lazer se transforma em uma prática social educativa, influenciando diretamente a maneira como as pessoas percebem, se relacionam e utilizam os espaços públicos.

Nesse sentido, garantir o acesso da comunidade aos espaços escolares para atividades de lazer não apenas fortalece o sentimento de pertencimento, mas também atua como uma estratégia eficaz de valorização e preservação do patrimônio público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a apropriação dos equipamentos não-específicos de lazer nas escolas municipais de Sobral-CE representa uma estratégia para ampliar o acesso da população a práticas esportivas, artísticas, culturais e recreativas de lazer. O aproveitamento dessas infraestruturas demonstra uma alternativa viável diante da demanda por espaços públicos voltados ao lazer, contribuindo para a democratização do uso dos equipamentos e para o fortalecimento do convívio social.

A análise reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes que não apenas disponibilizem os espaços, mas também incentivem sua utilização contínua e diversificada, com participação ativa da comunidade no planejamento e gestão das atividades. Marcellino (2001) afirma que as intervenções oriundas dessas políticas públicas municipais de lazer devem ser orientadas, planejadas e supervisionadas. Acrescenta, ainda, que a etapa de planejamento exige ampla participação da comunidade, pois somente assim é possível atingir os objetivos que norteiam o projeto.

O uso dos espaços escolares como ambientes de lazer e cultura fora do horário letivo representa um avanço significativo na garantia do direito constitucional ao lazer e na promoção da inclusão social. Essa prática amplia a função social da escola, transformando-a em um equipamento comunitário multifuncional, capaz de fortalecer vínculos entre a instituição e a população do entorno.

No entanto, essa iniciativa não deve ser compreendida apenas como responsabilidade da esfera municipal. É fundamental que haja articulação entre os diferentes níveis de governo, municipal, estadual e federal. Para assegurar políticas públicas consistentes, financiamento adequado e suporte técnico que viabilizem e ampliem o uso social das escolas. A valorização



do espaço escolar como lugar de convivência, cultura e lazer exige planejamento intersetorial e visão estratégica, reconhecendo a escola como um território de direitos e de construção cidadã, para além de sua função pedagógica tradicional.

O resultado da pesquisa abre o debate sobre o uso de espaços públicos, as políticas de lazer e o direito à cidade. Destaca-se também a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a temática em diferentes contextos urbanos. Nesse sentido, este estudo se propõe a ser um ponto de partida para futuras investigações no campo da Geografia.

REFERÊNCIAS:

ALVES, F. B. **Avaliação da qualidade do espaço público urbano**. Proposta Metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Ed.70, 1977.

BONALUME, C. R. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MULLER, A.; COSTA, L. P. da. (Orgs.). **Lazer e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

CUNHA, R. D. A. Os espaços públicos abertos e as leis de uso e ocupação: uma questão de qualidade para ambientes sustentáveis. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 3. São Paulo/SP, **Anais [...]**, ANTAC, São Paulo, 2003.

CARRANO, P. C. R. **Juventudes e cidades educadoras**. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FLORENTINO, J. A. Qual o valor do esporte? **Zero Hora**, Porto Alegre, 7 out. 2006

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUIMARÃES, Á. M. **A dinâmica da violência escolar**. Campinas/SP: Autores Associados, 1990.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso: 20 jul. 25.



LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

MARCELLINO, N. C. (Org.). **Esporte e Lazer: políticas públicas**. 2 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2001

MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer: uma introdução**. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Sociedade: múltiplas relações**. Campinas/SP: Alínea, 2008.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S; MARIANO, S. H As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. **Impulso**, v. 44, 2006.

MONTEIRO, L. B. V. de R. H. et al. Projetos sociais esportivos e a resiliência: um estudo de revisão. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, p. e40211932113, 14 jul. 2022.

PADILHA, V. **Shopping Center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado**. 2003. 317f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL-CE. **Edital nº 003/2024**: torna público conjunto de ocupação das quadras esportivas das escolas municipais e dos centros de referência da assistência social da cidade de Sobral/CE – SECJEL/SME/SEDHAS. Sobral, 2024.

Disponível em:

<https://selecao.sobral.ce.gov.br/arquivo/arquivo_selecao/nome:5eb7170e9db7c45bf19a264cdc2be8c1.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

REQUIXA, R. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

RODRIGUES, A. B. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. **Licere**, Belo Horizonte/MG, v. 5, n. 1, p. 149-164, 2002.

ROLNIK, R. Qualidade de vida é possível? **Revista E**, São Paulo: SESC, p. 34-39, out./2000.

SANTOS, L. P; ORTIGOZA, S. A. G. A realidade socioespacial dos espaços públicos de lazer de Teresina-PI: utilização e conservação. **Sociedade e Território**, Natal/RN, v. 29, n. 2, p. 154-174, jul./dez., 2017

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

SASSEN, S. A cidade e a indústria global do entretenimento. In: **LAZER numa Sociedade Globalizada**: Leisure in a Globalized Society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SPÓSITO, M. E. B. Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 233-253.